

Efeitos Imediatos

Depois de quarenta dias de perplexidade geral pela inesperada mudança do câmbio, o governo começou a agir mais decisivamente contra a inflação, em coincidência com a posse da nova diretoria do Banco Central, comandada por Armínio Fraga Neto. Antes tarde do que mais tarde, como lembrou recentemente ex-ministro do Planejamento, João Sayad.

O novo presidente do Banco Central tratou de recuperar rapidamente o terreno perdido por força das imposições legais que só permitem posse de novos diretores do banco após aprovação formal pelo Senado. Armínio Fraga tomou posse pela manhã, antecipou a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para o fim da tarde, e, às 14h15, quando os mercados ainda estavam no intervalo para o almoço, anunciou as novas regras para as taxas de juros, que serão balizadas pelo *overnight*. O nível dos juros salta dos 39% ao ano, vigentes até ontem, para 45%, um aumento capaz de inverter as expectativas de perda do controle inflacionário. A taxa de juros só vai cair quando a inflação – o mal maior que é preciso combater – registrar trajetória decendente. É o que se espera para breve, pois nem o setor privado nem o governo resistirão a juros tão altos.

O efeito foi imediato. O mercado financeiro reagiu como os *saloons* dos filmes de faroeste após a chegada do xerife. Sentiu a volta da autoridade na política econômica. As cotações do dólar recuaram à vista e para o futuro, e houve ajuste nos preços dos ativos financeiros depois que o novo presidente do Banco Central informou que balizará todas as taxas de juros cobradas ao mercado financeiro com diferenciais acima da taxa do *overnight* (Selic), que corrige os títulos do Tesouro. Os títulos da dívida externa também reagiram positivamente.

O sentimento de nova política econômica no ar foi percebido quarta-feira, quando o ministro da Fazenda Pedro Malan anunciou medidas de extremo rigor para cortar R\$ 1,4 bilhão em despesas com o funcionalismo público.

Apesar de os funcionários estarem sem reajustes há cinco anos, era necessário – em nome de rígido programa de austeridade para tentar devolver estabilidade ao real e credibilidade internacional ao país – suspender temporariamente os concursos para admissão no serviço público e congelar promoções e adicionais por exercício de cargos em comissão ou a título de incorporação de anuênios, triênios e quinquênios, inclusive no Legislativo e no Judiciário, que precisam seguir o exemplo e apertar o cinto. Ainda não se inventou a fórmula do combate indolor à inflação.

O governo custou a retomar o comando da situação. A hesitação resultou do estrago

maior do que o esperado pela desvalorização do real, que trouxe desenfreada remarcação de preços relativos, com a ameaça de destruir o próprio efeito inicial de desvalorização real da moeda (descontada a inflação).

As difíceis negociações com o FMI, conduzidas com habilidade pelo ministro Malan, estão chegando ao fim, o que devolve ao governo confiança para intervir na economia. O acordo é peça fundamental na criação de espaço para o Brasil retomar gradativamente a credibilidade perdida no colapso cambial de janeiro e, principalmente, reabrir as linhas de crédito ao comércio exterior.

Também deve contribuir para acalmar o mercado cambial, cujas cotações em alta vinham arrastando os preços da economia, a decisão, anunciada pelo presidente do Banco Central, de utilizar os recursos da linha de crédito do FMI para cobrir as necessidades do balanço de pagamentos. Traduzindo: o Banco Central vai usar extraordinariamente o dinheiro do FMI para restabelecer as linhas dos adiantamentos de contrato de câmbio (ACCs) para exportações, que não vêm crescendo na velocidade esperada pelo estímulo da nova taxa cambial exatamente por falta de crédito do exterior.

Com a entrada de dólares das exportações já será possível equilibrar a oferta e a demanda de divisas no mercado de câmbio, onde atualmente ocorre forte pressão de remessas para o exterior destinadas a amortizar os eurobônus e empréstimos que não estão sendo renovados pelos bancos internacionais. Com a baixa das cotações do dólar, as tentações inflacionárias podem esfriar. Isto, combinado com a política monetária mais agressiva, com juros mais próximos do dia-a-dia da inflação, abre a possibilidade concreta de estancar a alta de preços.

Como propôs o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, o governo começou a deixar de ser agendado e, ao tomar a iniciativa do combate à inflação, passou a fazer a sua agenda. A estabilidade da moeda tornou-se bem inestimável para a sociedade brasileira que não entendia a apatia do governo desde a liberação do câmbio em 15 de janeiro.

As pessoas estão perplexas com a parada da inflação, que ameaça por dentro a recuperação do poder de compra dos trabalhadores e da classe média ocorrida durante o Plano Real. Mas também já perceberam que a indexação não é o remédio eficaz para combater a inflação. A história ensinou que seus efeitos colaterais são mais perversos do que curto período de sacrifício para bloquear a inflação. Ainda bem que o governo devolveu a esperança de que a estabilidade não tenha sido um sonho passageiro.